

Adolescência, discursos entrecruzados e reexistência(s): observações sobre a Socioeducação no Brasil a partir das Redes Pragmáticas

Adolescencia, discursos entrelazados
y re-existencia(s): observaciones sobre la
Socioeducación en Brasil a partir de las
Redes Pragmáticas

Adolescence, intertwined discourses
and re-existence(s): observations on
Socio-education in Brazil based on
Pragmatic Networks

Como citar:

Santos, G. (2026).
Adolescência, discursos
entrecruzados e
reexistência(s):
observações sobre
a Socioeducação no
Brasil a partir das Redes
Pragmáticas. *Analecta
Política*, 16(30), 1-27

Recebido:

1 de agosto de 2025

Aceito:

11 de fevereiro de 2026

 **Gersiney Santos**

Doutor em Linguística
Universidade de Brasília, Brasil
gersiney@gmail.com

Resumo

O Brasil é uma nação continental com questões sociais de igual magnitude. Basicamente, nas últimas três décadas, diante de diversas problemáticas multidimensionais, o País tem desenvolvido um percurso de referência no que toca à atenção cidadã de grupos sociais historicamente vulnerabilizados por hegemonias políticas e econômicas. De forma especial, fundamentados na Constituição Federal de 1988, marcos legais de defesa de direitos de grupos minorizados têm se estabelecido como pontos de resistência e possibilidades de transformação social. É o caso das pessoas adolescentes em conflito com a lei, que amparadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), têm na Socioeducação um meio de ressignificar suas trajetórias de vida em sociedade. Partindo dos Estudos Críticos do Discurso (ECD), o presente texto intenta trazer uma contribuição para o debate socioeducativo – e, por conseguinte, cidadão –, recorrendo a considerações advindas da experiência concluída de construção multisetorial de um projeto-piloto voltado ao tema. Em uma articulação entre universidade, organização da sociedade civil e secretaria de estado (de justiça) da Capital Federal, as seções desta reflexão tratarão do processo de construção de um observatório, bem como de metodologias alinhadas à proposta discursiva-crítica das Redes Pragmáticas, a fim de observar o lugar da educação no processo de reinserção social. Observou-se que o trabalho com gêneros discursivos multimodais – estruturados a partir da Prática de Textos Discursivamente Orientada – ajudou a visualizar desencontros e caminhos discursivos possíveis de reexistência entre as pessoas socioeducandas participantes da pesquisa.

Palavras-chave: Políticas públicas do Brasil; Adolescentes em situação de vulnerabilização social; Socioeducação; Discurso; Estudos Críticos do Discurso; Redes Pragmáticas; Prática de Textos Discursivamente Orientada.

Resumen

Brasil es una nación continental con problemáticas sociales de igual magnitud. Básicamente, en las últimas tres décadas, frente a diversas problemáticas multidimensionales, el país ha desarrollado un recorrido de referencia en lo que respecta a la atención ciudadana de grupos sociales históricamente vulnerabilizados por hegemonías políticas y económicas. De forma especial, fundamentados en la Constitución Federal de 1988, marcos legales de defensa de derechos de grupos minorizados se han establecido como puntos de resistencia y posibilidades de transformación social. Es el caso de las personas adolescentes en conflicto con la ley, que, amparadas por el Estatuto del Niño y del Adolescente (ECA), encuentran en la Socioeducación un medio para resignificar sus trayectorias de vida en sociedad. Partiendo de los Estudios Críticos del Discurso (ECD), el presente texto pretende aportar al debate socioeducativo –y, por consiguiente, ciudadano–, recurriendo a consideraciones surgidas de la experiencia concluida de construcción multisectorial de un proyecto piloto orientado a este tema. En una articulación entre universidad, organización de la sociedad civil y secretaría de estado (de justicia) de la Capital Federal, las secciones de esta reflexión abordarán el proceso

de construcción de un observatorio, así como metodologías alineadas con la propuesta discursivo-crítica de las Redes Pragmáticas, con el fin de observar el lugar de la educación en el proceso de reinserción social. Se observó que el trabajo con géneros discursivos multimodales —estructurados a partir de la Práctica de Textos Discursivamente Orientada— ayudó a visualizar desencuentros y posibles caminos discursivos de reexistencia entre las personas socioeducandas participantes de la investigación.

Palabras clave: Políticas públicas de Brasil; Adolescentes en situación de vulnerabilización social; Socioeducación; Discurso; Estudios Críticos del Discurso; Redes Pragmáticas; Práctica de Textos Discursivamente Orientada.

Abstract

Grounded in the 1988 Federal Constitution, Brazil has been known by its legal frameworks on defending the rights of minority groups over the last twenty years. Despite the diverse multidimensional problems, the country has developed a landmark path in providing citizen support to historically vulnerable social groups. This is the case of adolescents in conflict with the law, who, supported by the Child and Adolescent Statute (ECA), find in Socio-education a means of redefining their life trajectories in society. Drawing on Critical Discourse Studies (ECD), this text intends to contribute to the socio-educational debate, interchanging considerations derived from the completed experience of developing a multisectoral project focused on Socio-education structure in Distrito Federal (Brazilian Federal District). The process of building a critic observatory, as well as methodologies aligned, were based on the discursive-critical approach of Pragmatic Networks. The Observatory project aimed to examine the role of education in the process of adolescents in conflict with the law social reintegration. It was observed that working with multimodal discursive genre structure based on Discursively Oriented Textual Practice - helped to visualize disagreements but also potential discursive ways for re-existence among the socio-educational participants who participated on the project.

Keywords: Public policies in Brazil; Adolescents in situations of social vulnerability; Socio-education; Discourse; Critical Discourse Studies; Pragmatic Networks; Discursively Oriented Textual Practice.

Introdução

No Brasil, com a oficialização da Carta Magna (Constituição Federal de 1988), foi apresentado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O documento legal de 1990 constituiu-se orientado a assegurar e fortalecer as pessoas cidadãs entre zero e 12 anos incompletos (ou seja, as crianças) e entre 12 e 18 anos (neste caso, as pessoas adolescentes). Como está em sua apresentação, o ECA é uma legislação corolária da Constituição Federal de 1988 –podendo esse fato ser observado em seu artigo 227, o qual trata dos Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente– e caracterizada pelo princípio da “Prioridade Absoluta” (Brasil, 2024a); ou seja, a “primazia para receber proteção e socorro, precedência no atendimento dos serviços públicos, preferência na formulação de políticas e destinação privilegiada dos recursos públicos destinados à infância e juventude”. (Brasil, 2024b, p. 10).

O advento do ECA estabeleceu mais um marco em termos de legislação referencial no Brasil, e no mundo¹. A norma legal centralizou a atenção para o desenvolvimento e a proteção integral das gerações mais jovens, em contraposição, por exemplo, ao *Código de Menores* – lei de 1927 (com posterior reformulação, em 1979) que se embasava entre perspectivas assistencialistas e de controle, voltada às crianças e pessoas adolescentes pobres (Leite, 2006; Bonatto & Fonseca, 2020). O Código de Menores, desse modo, é entendido, por algumas vezes atentas à conjuntura social no Brasil, como mais um mecanismo institucionalizado para a criminalização da pobreza (Maresch, 2021).

Especialmente, tendo em vista o histórico de leis em todo o território nacional que, de forma preconceituosa e de cunho moralista, tipificavam grupos sociais em situação de pobreza e de miséria como criminosos. Um dos exemplos mais notórios dessa aversão à parcela da população brasileira mais pobre diz respeito ao chamado ‘delito de vadiagem’, que até 2023 ainda constava no Código Penal nacional como contravenção: desde os tempos monárquicos, tal medida jurídica foi direcionada majoritariamente às pessoas escravizadas e seus descendentes (Terra, 2021).

Nesse entendimento, através do alcance legal, as crianças e as pessoas adolescentes que pertenciam a tais grupos eram caracterizadas como verdadeiros erros sociais, criminosos em potencial. Assim, pode-se afirmar que a população mais jovem inserida ou estreitamente ligada com a pobreza extrema (em geral,

1 De acordo com a Agência Câmara de Notícias. Ver <https://www.camara.leg.br/noticias/75402-legislacao-brasileira-e-exemplo-para-outros-paises/%C2%B4mailto:agencia@camara.gov.br-%C2%B4>

indígena e negra), desde os fundamentos da nação brasileira, experienciam, de forma institucionalizada, uma espécie de ódio cultural. A tipificação legal da vadiagem, pois, pode ser tomada como uma aporofobia à brasileira

Nos termos de Cortina (2020), *aporofobia* diz respeito a uma ‘patologia social’ na qual o ódio e a violência contra as pessoas mais pobres são naturalizados e, por vezes, estimulados por uma desumanização sofisticada dessas existências. Essa característica aporofóbica do Brasil perpassa variadas dimensões, as quais, como discutem Pardo, Marchese e Santos (2021)², estão materializadas em contextos latino-americanos diferentes, contudo articulados em um projeto que danifica a saúde democrática e a própria cidadania.

Adolescência e violência(s): uma crítica à aporofobia à brasileira

É de fundamental importância que um documento legal como o Estatuto da Criança e do Adolescente venha sendo referência acional há três décadas no País, a despeito das inconstâncias multidimensionais da política brasileira. Isso se deve, entre outros pontos, à resistência de movimentos cidadãos que consideram a forma como as relações entre a criminalização da pobreza e a banalização da aporofobia atravessaram o entendimento de juventude em situação de vulnerabilidades.

Como mencionado, o termo aporofobia refere-se a um sentimento ou comportamento explícito de aversão à pobreza; assim, no oceano de desigualdades do País, as juventudes negras, periféricas, LGBTQIAPN+ (especialmente, as pessoas trans negras), por exemplo, sempre foram alvo preferencial das ações de coerção e violências do estado brasileiro. Como explicam Gomes e Laborne (2018, p. 14),

2 Diálogo com a linguista argentina María Laura Pardo, mediada pelos linguistas Mariana Marchese e Gersiney Santos, com o tema “Violencia y aporofobia en Argentina. Discursos de odio hacia los indigentes en contextos de pandemia”. O encontro foi promovido pela Associação Brasileira de Linguística (Abralín), em 12 de abril de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vqC-t_OxRGA

a adolescência e a juventude negra e pobres, faveladas, com a sua cor, suas roupas, sua linguagem, seu destemor, sua possibilidade de circulação no espaço urbano (mesmo com as insistentes tentativas de segregação racial nos territórios) se configuram nessa produção histórica da branquitude e do medo como coletivos ameaçadores.

Destarte, à juventude em situação de vulnerabilização social, historicamente, no Brasil, é imputado todo tipo de desconfiança e de carga simbólica depreciativa. Conforme apresentado, parte desse discurso pode ser entendido como derivado do que o próprio Estado construiu em termos de (falta de) cuidado e proteção para com suas crianças e jovens, por meio de legislações enviesadas. Então, dentro de tal cenário, se a criança poderia ser entendida como uma espécie de miniadulto, havia que pensar e agir também diante das pessoas adolescentes e jovens, cujas oportunidades, quando inseridas nesse contexto, pudessem ser facilmente obliteradas.

Para o ECA –em seu Artigo 2º–, é considerada adolescente a pessoa entre 12 e 18 anos (em casos mais específicos, podendo estender tal entendimento para pessoas de até 21 anos, como explica a mesma legislação). Dada a natureza de proteção integral do Estatuto, pode-se, por conseguinte, entendê-lo como um amparo legal para responsabilizar o Estado pela integridade e pelo desenvolvimento cidadão dos e das mais jovens (obviamente, assim como das crianças). A existência do ECA é um imperativo em termos cidadãos, quando observados o relevo de discursos reacionários, como o da controversa ‘redução da maioridade penal’³, alcançando reverberações preocupantes. Aliás o tema da maioridade penal flutua, constantemente, entre manifestações defensoras do autoritarismo, seja de forma mais recatada, seja de forma explícita.

Cabe rememorar que o discurso da culpabilização da juventude em situação de vulnerabilização social conecta-se com a trajetória legal aqui trazida. Além disso, encontra eco, notadamente, em espaços midiáticos hegemônicos, sensacionalistas

3 Como argumenta Benetti (2021), os discursos sobre a redução da maioridade penal (de 18 para 16 anos) têm encontrado amplo espaço de contraposição no Brasil há, pelo menos, três décadas, ou seja, o tempo coincidente com a oficialização do ECA. Como explica o autor, é preciso observar como no centro do debate está a caracterização discursiva negativizada para um grupo social multidimensionalmente vitimizado (uma espécie de perigo em potencial) –inclusive da parcela política-legislativa da sociedade–: “tais falas (...) constroem uma imagem do adolescente (em particular daqueles considerados infratores) e se relacionam com discursos mais amplos sobre punição, violência, direitos humanos, criminalidade e, em última instância, cidadania.” (Benetti, 2021, p. 172).

(um dos espaços de maior fomento à verdadeira perseguição discursiva em relação a pessoas adolescentes socialmente vulnerabilizadas). Tais movimentos podem ser entendidos como simbólicos e orientados à ação material de viés retrógrado como um forte exemplo do que se debate acerca da noção de discurso a ser trabalhada nesta reflexão.

Pensar as relações entre adolescência socialmente vulnerabilizada, aporofobia e punitivismo, a partir da perspectiva da linguagem (do discurso), é trazer também à luz o lugar dos textos sociais como veículos motores para o entendimento (e necessário enfrentamento) de estruturas sociodiscursivas neutralizadoras dos direitos fundamentais que configuram a cidadania. Conforme trazido anteriormente, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, muitos discursos vêm enfrentando resistência para manter hegemonias outrora históricas: com a instituição do ECA, pode-se dizer que se estabilizou uma barreira contra a naturalização do determinismo social brasileiro (Madeira & Gomes, 2018; Lourenço, 2023).

Um ano depois da oficialização do Estatuto, a partir de um de seus artigos⁴ –que orientava à “criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente”, além de “órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis”, com a “assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas”– foi constituído o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente⁵, o CONANDA.

A principal função do Conselho é ser um órgão colegiado de coordenação voltada às ações de proteção, promoção e defesa dos direitos da criança e das pessoas adolescentes. Pode-se, por conseguinte, considerar que a existência legal do CONANDA viabiliza a intervenção discursiva; isto é, vários setores da sociedade (em níveis civil e governamental) são, por meio dele, instados a propor, discutir e fiscalizar o princípio da prioridade absoluta orientado à população adolescente e jovem. Pode-se observar o esforço cidadão no fato de o regimento interno desse dispositivo, entre outras características, apregoar que ações materiais como reuniões (entre sociedade civil e governo) e eventos maiores (como conferências e grupos de trabalho, por exemplo) ocorram para a construção de ações de proteção e garantia de direitos à população de crianças e adolescentes.

4 Trechos retirados do inciso II do Artigo 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente (lei 8.069/90), referente às diretrizes da política de atendimento à pessoa adolescente.

5 Lei 8.242, de 1991, a qual “cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda)”.

Tais textos (legais) demonstram o papel de destaque que um trabalho linguístico-discursivo atento, alinhado com ações materiais crítico-reflexivas, possui para o exercício da visão crítica—e consequente tomada de ações estratégicas—diante das diferentes práticas sociais deletérias para as pessoas em situação de vulnerabilização social. Não se deve desvincular disso o efeito discursivo dos ideários socioculturais (como o aporofóbico) que moldam a visão das existências ‘possíveis’ e das ‘indesejáveis’. Em sendo o objetivo a luta cidadã, os discursos, veiculados pelos textos sociais, devem ser estudados e aproximados das pessoas participantes de diversos contextos – posto que elas são componentes e afetadas pelos conjuntos de redes de outras práticas da vida em sociedade (como atividades materiais, realizações cognitivo-mentais e de interação social, por exemplo).

No caso específico da atenção à parcela adolescente e jovem em situações de vulnerabilização social, tal postura de observação e crítica por meio do trabalho estratégico com os textos—ou seja, registrada acerca de como o aspecto linguístico-discursivo tem se dado em termos de intervenção intransitivamente cidadã— pode ser analisada (e utilizada) como reforço estratégico da luta por cidadania.

No Brasil, de acordo com o Atlas da Violência de 2025 –mais detidamente, na seção referente à adolescência (“Adolescência e violência”)–, os dados mostram que, no período de dez anos (de 2009 a 2019), a violência sentida/vivenciada e reportada por essa população aumentou de forma significativa. Segundo o documento, foi constatado “um cenário perturbador em que (...) crianças e adolescentes estão *senso[sic]* massacradas exatamente nos ambientes em que elas deveriam estar sendo protegidas, nos lares e na escola” (Ipea & FBSP, 2025, p. 46). O registro mostra uma patente relação entre os diferentes embates macrosociais pelo poder e as dificuldades socioeconômicas que culminam na histórica (e, como já referido, crescente) desigualdade brasileira.

Nesse ponto, a população adolescente tem enfrentado bastantes desafios que, não raro, perpassam o entendimento de si como pessoa em desenvolvimentos físico, cognitivo, psicológico e interpessoal. Santos (2022a), ao discutir o processo discursivo da ultraconexão, aponta como o bombardeio de estratégias discursivas hegemônicas (da ordem do discurso do consumismo, por exemplo) afeta drasticamente a camada mais jovem – especialmente, em termos de saúde mental. Desse modo, pode-se caracterizar tal falta de estímulos críticos como um dos elementos constitutivos do descolamento da(s) outriedade(s) (Nascimento, 2021): o que, em outros termos, neste texto, será caracterizado como falta de **reflexividade cidadã**.

É, pois, a partir desse entendimento –do esforço da proteção integral *versus* o discurso aporofóbico de criminalização da juventude mais pobre– que se pode dar prosseguimento ao debate anteriormente destacado no que tange à adolescência em situação de vulnerabilização social: aqueles e aquelas adolescentes em conflito com a lei. Observado o fato do histórico criminalizatório da pobreza (e que adolescentes em conflito com a lei demandam ainda maior cuidado e atenção, principalmente, pelo fato já mencionado de o ECA e o CONANDA estabelecerem-se a partir da defesa e do asseguramento dos direitos para crianças e adolescentes), em 2012, foi aprovado o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, (SINASE).

Sob essa ótica, em 2022, na Capital Federal, desenvolveu-se a experiência intervencional discursiva do **Observatório de Violência e Socioeducação no Distrito Federal** (OVES-DF), um esforço multidisciplinar que intentou unir forças, práticas e estratégias sociais com vistas à mudança social de natureza cidadã. Na seção a seguir, será apresentada uma síntese dessa experiência realizada localmente, cujos desafios e potenciais caminhos apontaram para um emaranhado discursivo relacionado com as pessoas adolescentes em conflito com a lei. O OVES-DF mostrou-se como um fértil campo de possibilidades epistemológicas, metodológicas e ontológicas, especialmente, no que toca ao contato entre teoria e prática, desde uma perspectiva crítico-discursiva.

Observatório de Violência e Socioeducação no Distrito Federal (OVES-DF): metodologias experienciais-discursivas no labirinto da prática socioeducativa

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, o SINASE –implementado no País a partir da lei 12.594 de janeiro de 2012– volta a atenção para o cuidado com a pessoa adolescente em conflito com a lei. Cabe lembrar que desde o ECA, as pessoas com idade inferior aos 18 anos não podem ser entendidas como cometedoras de crimes (por conseguinte, sendo vedada sua tipificação como criminosas), qual ocorria outrora. O que vale para esse público é o entendimento de ato infracional. Desse modo, o CONANDA (2009) articula o SINASE como uma ferramenta ordenada de princípios, regras e critérios que, na articulação com os aspectos

jurídico e administrativo, lança mão de metodologias pedagógicas (fundamentadas na escolarização) para o tratamento adequado das pessoas adolescentes na condição de infratoras – com vistas, em caso de pena, à efetiva reinserção social.

Em linhas gerais, o SINASE caracteriza a medida socioeducativa como o conjunto de sanções que podem compreender a advertência e a obrigação de reparo de eventual dano causado, passando pela possibilidade de prestação de serviços à comunidade. Outrossim, a lei aprofunda as orientações do ECA sobre, em casos de maior gravidade, a liberdade assistida (sanção na qual a pessoa adolescente, por um tempo determinado, é acompanhada por uma pessoa orientadora, responsável por supervisioná-la em questões familiares, educacionais e profissionais); a semiliberdade (sanção na qual parte do tempo da pessoa adolescente em cumprimento de medida socioeducativa deve ser obrigatoriamente passado em unidades específicas onde, nos termos da lei, são obrigatórias formações em níveis de escolarização e de profissionalização); e, em episódios mais extremos –isto é, de grave ameaça ou violência à pessoa–, a internação (medida que, mesmo por um limite de tempo não muito longo, caracteriza-se pela privação da liberdade com cumprimento em unidades socioeducativas físicas determinadas para esse fim). Ainda no desenho do Sistema, que opera nas dimensões estadual, distrital e municipal da nação, existe o *Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo*, caracterizando a articulação também em nível federal.

Além das pessoas adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e das pessoas dirigentes das unidades de socioeducação, uma equipe multidisciplinar – composta pelas pessoas profissionais educadoras, as assistentes sociais, psicólogas e os agentes de segurança socioeducativa – é também central na proposta de atenção à parcela adolescente em conflito com a lei. Ambas as figuras socioeducativas são demandadas a inter-relacionar os parâmetros de socioeducação de modo estratégico por meio de oito eixos: 1. Suporte institucional e pedagógico; 2. Diversidade étnico-racial, gênero e orientação sexual; 3. Educação; 4. Esporte, Cultura e Lazer; 5. Saúde; 6. Abordagem familiar e comunitária; 7. Profissionalização, Trabalho e/ou Previdência; e 8. Segurança. Segundo orientação legal, fica a cargo das pessoas profissionais de educação, das responsáveis pelo acompanhamento psicológico e social, bem como das agentes de segurança o trabalho mais direto com as pessoas adolescentes acompanhadas nos espaços socioeducativos.

Assim, dada a constância dessa conexão interdisciplinar e multidimensional –cuja finalidade também perpassa a preparação da pessoa adolescente em conflito com a lei para o retorno à sociedade–, tendem a emergir alguns pontos problemáticos, igualmente multidimensionais, segundo observações e estudos

(Barsaglini & Vaillant, 2018; Bonatto & Fonseca, 2020; Vinuto, 2021) – uma vez que se trata de certo ‘conflito’ entre a materialidade do que consta com o que se idealiza (ou seja, em aspectos legais). Dessa maneira, pode-se entender que a Socioeducação configura uma plataforma de observação possível acerca dos idealismos que circundam a noção de cidadania e os obstáculos interseccionais que se estruturam como resistência a mudanças no estado das coisas (*status quo*). Isso se dá especialmente quando pensada a complexidade do que está proposto no campo das legislações que orientam a realização socioeducativa no País.

Observando a luz no labirinto: o encontro entre a educação e a experiência socioeducativa

Muitos estudos relacionados à eficácia dos métodos socioeducativos, aplicados para a reinserção social das pessoas adolescentes atendidas pela política pública, voltam-se para o verdadeiro desafio de pôr em prática muito do que apregoa o SINASE. Com base nisso, ainda outro ponto se destaca no emaranhado socioeducativo: a atenção à forma como a educação é localizada dentro do múltiplo discurso da proteção cidadã integral a uma comunidade comprovadamente mais sensível.

Justifica-se tal questionamento, pois, como aqui abordado, a perspectiva socioeducativa implica a educação – para além de compor morfologicamente o próprio nome da política pública. Legalmente, na Socioeducação, a presença educacional é indelével, ao basear-se não na criminalização da pessoa adolescente, mas no oferecimento de uma rede de apoio que propulsione o direito da (re) inserção cidadã através inclusive do esclarecimento crítico-reflexivo do social. Tal característica, pois, atribui à Socioeducação um irrevogável compromisso com a pessoa adolescente em situação de vulnerabilização social e aponta para o resgate da responsabilidade do Estado em relação a sua parcela mais jovem e potencialmente fecunda.

Assim, levando em conta tanto a necessidade quanto a potencialidade da junção de forças legal e inter-relacional dos já mencionados elos socioeducativos (adolescentes com infração legal, pessoas profissionais da educação do sistema socioeducativo, equipe psicossocial e agentes de segurança socioeducativa) com foco no lugar discursivo da educação, foi articulado no ano de 2022, em Brasília, o Observatório de Violência e Socioeducação no Distrito Federal (OVES-DF).

O OVES-DF caracterizou-se como um projeto-piloto pensado para proceder ao monitoramento e à avaliação das estratégias previstas na Política Nacional de Socioeducação, mais especificamente no que tangia a examinar quantitativamente a dimensão educacional das medidas socioeducativas praticadas na Capital Federal. O Observatório, que contou com uma equipe multidisciplinar e plurissetorial, foi estruturado durante dois anos (2022 a 2024), dedicando, nesse período, especial atenção ao estudo *in loco* das relações desenvolvidas a partir da educação como elemento de problematização, combate a violências (no caso, institucionais) e violações de direitos assegurados às pessoas adolescentes em atendimento socioeducativo – a saber, nos formatos socioeducativos da liberdade assistida, da semiliberdade e da internação.

No âmbito do OVES-DF, foi possível adentrar algumas camadas da realidade da Socioeducação em contexto local, mas em um formato de grande expectativa, tendo em vista a posição de poder que o Distrito Federal possui na correlação com as demais unidades federativas. Tal empreendimento também viabilizou o processo de aproximação entre o discurso no campo do ideal e o discurso no campo das ações materiais e socioculturalmente atravessadas (as quais repercutem diretamente nos modos acionais das forças que constroem o cotidiano socioeducativo das pessoas adolescentes) quanto aos processos de violência experienciados pelas pessoas socioeducandas.

Observando além do labirinto: achados metodológicos a partir do OVES-DF

Conforme adiantado na seção anterior, o OVES-DF baseou-se em uma metodologia quali-quantitativa desenvolvida a partir de um trabalho articulado entre diferentes profissionais docentes relacionados com a universidade pública (em sua maioria, da Universidade de Brasília) mais a Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS-DF); além disso, fizeram parte da configuração da equipe de pesquisa pessoas egressas (jovens) do sistema socioeducativo, estudantes de graduação (mormente, do Serviço Social) e uma reconhecida Organização da Sociedade Civil (OSC) (com histórico de trabalho com o público adolescente em situação de vulnerabilização social e vinculado ao sistema socioeducativo).

Na experiência do Observatório, o trabalho com a diversidade foi, certamente, um dos pontos de maior destaque. Tal percepção justifica-se pelos caminhos que se encontraram com os percursos que se foram estruturando (sobre os quais

tratará mais detidamente a terceira seção deste texto). Tendo sido mencionada a característica dos múltiplos pontos de partida possíveis –tanto no que diz respeito à heterogeneidade do público diretamente envolvido nos espaços socioeducativos pesquisados quanto para analisar a relação entre educação, práticas e experiências socioeducativas do contexto–, é preciso, neste momento da reflexão, situar o debate, orientando esta reflexão para os detalhes de construção do OVES-DF.

Nesse sentido, dando prosseguimento à descrição do trabalho, o recorte metodológico ora retoma o destaque já mencionado: mais precisamente, o de dimensão qualitativa do Observatório – inicialmente, para, a partir disso, encaminhar o texto para a perspectiva de caráter mais discursivo-intervencional, baseada nos ECD, a saber, a das **Redes Pragmáticas**.

Em termos da metodologia qualitativa escolhida –etapa que ficou sob a condução da parte coordenadora do projeto (de formação linguista e analista de discurso crítica)⁶–, dada a natureza especial da realidade socioeducativa e levando em conta o recorte geográfico (Distrito Federal, capital da República), houve a necessidade de um profundo debate sobre a abordagem de pesquisa mais adequada. Destarte, características das epistemologias relacionadas com a contracolonialidade (Santos, 2018; Santos, 2023), a intersectorialidade (Paes & Adimari & Costa, 2015) e a interseccionalidade (Crenshaw, 2017; Akotirene, 2019) mostraram-se conectadas com os desafios que se impuseram e, com isso, também férteis para as bases metodológicas de intervenção no campo.

Desse modo, a interação de caráter qualitativo (Resende, 2008; Flick, 2009; Mason, 2006; Tavares & Resende, 2021) foi pensada para oportunizar narrativas protagonistas das pessoas adolescentes, a partir de conversas basilares –entendidas como *exercícios de reflexividade* (Santos, 2017; 2022a)–, de aproximação, até a definição das atividades a serem desenvolvidas (quando da visita às unidades de socioeducação).

Após o movimento metodológico descrito, o qual envolveu uma conjunção de forças discursivas anticolonialistas (Santos & Tavares Rabelo, 2024), coube a necessidade de alinhar os ECD ao labirinto discursivo da Socioeducação. Para

6 O projeto-piloto Observatório de Violência e Socioeducação do DF (OVES) teve como coordenador-geral o Dr. Gersiney Santos do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília (NELiS/CEAM-UnB). A composição da equipe multidisciplinar, o relatório final, bem como mais detalhes sobre a pesquisa podem ser acessados pelo endereço oficial do OVES-DF, em <https://www.violes.com.br/oves-df>

tanto, a proposta das Redes Pragmáticas ofereceu percurso coerente com esse sentido. Mais: dentro dela, foi desenvolvido todo o movimento de intervenção articulador dos diferentes métodos pensados para que a pesquisa, em sua dimensão qualitativa fosse, consequentemente, confrontada com a etapa quantitativa⁷.

O texto, encarado como meio pertinente de cristalização e consequente observação analítica de experiências, assim como do momento de busca quantitativa (dados e percentuais, a partir da confrontação dos resultados estatísticos, por exemplo), foi central na dimensão qualitativa, permitindo momentos de interação fundamentais para todo o movimento metodológico em articulação com seu formato inclusive legal. A abordagem possibilitou o acesso à conexão discursiva entre as pessoas adolescentes, o espaço pesquisado da Socioeducação e os entes a ele intrincados.

Prática de Textos Discursivamente Orientada: uma intersecção entre socioeducação e reexistências

Nesta última seção, no percurso do labirinto discursivo socioeducativo, o enfoque será dado às abordagens mais conectadas ao entendimento teórico-metodológico do discurso que foram aplicadas ao desenho da pesquisa do Observatório de Violência e Socioeducação. Para tanto, antes de tratar do que será explicado como **Prática de Texto Discursivamente Orientada**, é preciso situar melhor o lócus epistemológico de discurso ao qual se filia este trabalho.

Desde o entendimento dos Estudos Críticos do Discurso, a noção de discurso deve ser ora entendida a partir da perspectiva anticolonialista, defendida por Santos e Tavares Rabelo (2024, p. 187), em diálogo com os pressupostos da Análise de Discurso Crítica Latino-Americana a ADC-LA (Santos, 2019; Santos & Santos, 2022; Faria & Souza & Bevilacqua, 2025). Assim, tratar do aspecto anticolonial dos estudos do discurso, também passa por mencionar as influências que constituem essa perspectiva (cuja defesa reside inclusive na intenção de aliar-se

7 Sobre esse movimento e sua posterior articulação (momentos qualitativo e quantitativo), checar o relatório final do OVES-DF, em <https://www.violes.com.br/oves-df>

com um trabalho de raízes mais familiares às existências e lutas do Sul Global). Portanto, nesta proposta, a noção conceitual discursiva é desenvolvida dentro do que Santos (2022a) chama de **Entendimento Triádico do Discurso** (ETD):

Defendo que o conceito de discurso pode ser entendido a partir de três prismas basilares: o de manifestação linguística, o retórico-argumentativo e o de ideário. O discurso como manifestação linguística pode ser observado a partir de dimensões gramaticais (isto é, morfológicas, fonético-fonológicas, sintáticas, semânticas etc.), articuladas para realizar na interação social; os dois outros entendimentos aqui mencionados: a saber, o retórico-argumentativo e o ideário. Quando abordo a característica retórico-argumentativa, volto-me ao debate proposto nas publicações de Pardo (2011), Marchese (2011) e López (2001), no que diz respeito a como a interação social mostra-se fundamentalmente afetada por estratégias criativas de convencimento e de arregimentação de forças acionais; sobre o tema, podemos retomar o que Wittgenstein (1991) dissecou em sua discussão sobre jogos de linguagem, nos quais, em relações intergrupais e individuais, os indivíduos sociais assumem diferentes posturas de criatividade argumentativa, que, aproximando a este debate, visam à consolidação de poder (em diferentes níveis). Disso, podemos partir para o terceiro lado do discurso que defendo, o de ideário, no que remonta ao trabalho basilar da Análise de Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2003; 2010; MAGALHÃES, 2005; RESENDE, 2008; 2019; PARDO, 2011; VIEIRA; RESENDE, 2011; RESENDE; REGIS, 2017). Assim, discurso como ideário tem a ver com as construções simbólicas operacionalizadas por meio da linguagem as quais afetam grupos sociais organizados em (sub)grupos: nesses verdadeiros agrupamentos baseados em visões de mundo, aspectos culturais, geopolíticos e econômicos são constantemente atrelados a modos de ser e de não ser, de permissão e de interdição, bem como de manutenção e de apagamento. Para tanto, as duas dimensões anteriores (linguística e retórico-argumentativa) são estrategicamente manipuladas para o estabelecimento de cenários que sustentem tais ideários. (Santos, 2022a, p. 169).

Assim, escrutinando o texto pelo viés linguístico-discursivo do ETD, para o trabalho com o público adolescente assistido pela Socioeducação, a proposta foi aproximar suas vivências (anteriores e então ocorrentes) com a incensada prospecção de retorno à sociedade esperada por essa juventude – em tese, apregoada, pelo conjunto de legislações aqui mencionado. Para tanto, o processo da dimensão qualitativa apoiou-se no desenho discursivo crítico das Redes Pragmáticas (RP):

As RP podem ser entendidas como uma proposta metodológica inserida em propósitos de reexistência, para fins diversos (desde que alinhados à mudança social de grupos subalternizados). [...] A noção de redes está posta a partir da importância da conexão com o outro, com a diferença, para se construir espaços consistentes de mobilização, ancorada no cultivo do diálogo. A partir de trabalhos de Resende (2008), Santos (2017), Neves (2013) e Melo (2017), as RP estruturam uma de suas bases: a de que a mudança se dá efetivamente a partir da aliança de forças coadunadas em um propósito. Em um dos temas centrais deste texto, mencionei a tecnologia como um recurso ambivalente no que toca à inexistência, sendo a ultraconexão uma estratégia fragilizadora da reflexão-ação voltada à questão cidadã. (Santos, 2022a, pp. 177 e 178)

Ainda, dentro dessa perspectiva, no trabalho com as pessoas adolescentes nas unidades de socioeducação, a referência aqui feita aos textos como elo metodológico de conexão e composição discursivo-existencial amplia sua potência quando, qualitativamente, são destacados os gêneros discursivos (Resende, 2008; Bakhtin, 2011; Acosta & Resende, 2014). Tal interpretação voltada à prática material, dentro do escopo das Redes Pragmáticas e utilizada na pesquisa do OVES-DE, pode ser entendida como o outrora apresentado como Prática de Textos Discursivamente Orientada (PTDO). Em outras palavras, uma prática de textos

[...] profundamente atrelada ao exercício de percepção do mundo social com vistas à autopercepção de quem constrói a relação mais material da linguagem em nível discursivo, que é o texto. Por isso, defendemos uma construção discursivamente orientada, a **Prática de Textos Discursivamente Orientada** (PTDO). Na PTDO, quatro dimensões –que perpassam aspectos subjetivos, simbólicos e espaciais– são articuladas, a fim de construir um processo ontológico e discursivo-transformacional: a) *leitura crítica*; b) *construção reflexiva em equipe*; c) *construção de textos e projetos pragmáticos*; d) *reflexão crítico-cidadã orientada à ação*. (Santos & Rabelo, 2024, p. 189)

Entrecruzando os discursos por meio de uma prática textual-interseccional: a experiência metodológica de reexistência no espaço da Socioeducação

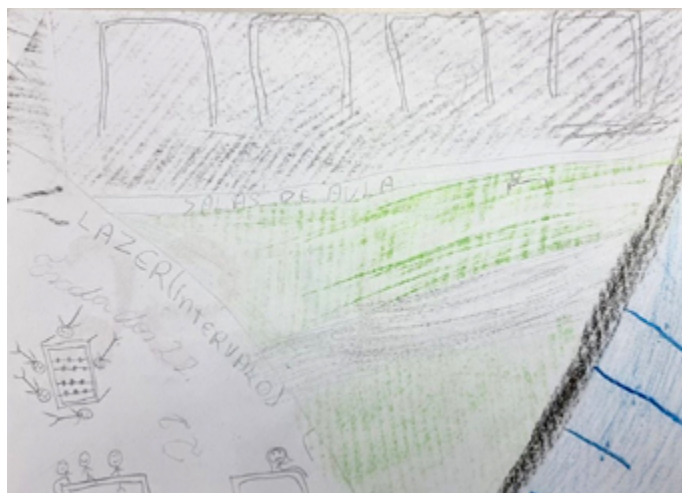
Contextualizando a proposta metodológica, o momento de conexão pretendido por meio da Prática de Textos Discursivamente Orientada centrou-se na defesa do texto como meio de emergência das vozes das pessoas adolescentes usuárias do

sistema socioeducativo. Dado o objetivo principal do OVES-DF e a articulação com os fundamentos das Redes Pragmáticas, a observação sobre como o processo educacional estabelecia-se com a experiência vivida por eles e elas nas dimensões de meio aberto, semiliberdade e internação foi negociada por meio de práticas textuais.

Nesse sentido, as aplicações dos Estudos Críticos do Discurso foram realizadas de modo reticular: a equipe de trabalho do OVES-DF com a juventude adolescente em processo de reintegração social foi orientada (com encontros e oficinas pragmáticas prévias –ou exercícios de reflexividade) no intuito de minimizar, dentro do possível, a invasão às individualidades experienciais– tendo em vista esse grupo social já estar no espaço de tensão que é a realidade da dita ‘pessoa infratora’, em um espaço (ainda que simbólico, para o caso do meio aberto) de preparação para a reinserção em sociedade. Para isso, observando como a construção de gêneros discursivos possui uma estreita relação não apenas com a ação intervencional no mundo, mas com as percepções sobre os processos sociais que as constituem (e que por elas são influenciadas), foi retomada durante todo o processo de formação da equipe a necessidade da compreensão interseccional, não homogeneizante, para que se fosse alcançado um espaço inter-relacional efetivamente legítimo.

Após o contato com alguns grupos de adolescentes (indicados pelas pessoas diretoras dos espaços de socioeducação), a coordenação-geral do Observatório tentou estabelecer maneiras de interlocução. Com base na maior parte dos retornos dados pelos garotos e pelas garotas, percebeu-se a forte conexão que a música estabelecia com a juventude atendida naquele contexto. Desse modo, remontou-se a trabalhos fundamentais como os de Souza (2009; 2011) e Rosa (2013) – que, em seus contextos de pesquisa, buscaram na cultura de expressão musical e artística das periferias de São Paulo, por meio de diferentes estratégias, construir espaços conectivos entre a academia e grupos vulnerabilizados na maior metrópole da América do Sul.

Figura 1. Gravura de adolescente da Socioeducação sobre o termo ‘futuro’ (semiliberdade). [DF, junho de 2023]



Por meio de uma dinâmica atentamente interseccional (Santos *et al.*, 2023; Silva *et al.*, 2023), as pessoas socioeducandas puderam ter a abertura para se expressarem em termos artísticos, com a presença das equipes das unidades, sob a orientação da coordenação e parte do grupo de trabalho do OVES-DF. Com base na premissa da intervenção interseccional a partir dos gêneros discursivos (apregoados pela PTDO), inicialmente, foi solicitado que, utilizando recursos como lápis grafite e de cor, assim como tintas e folhas de papel, as pessoas adolescentes participantes apresentassem o que entendiam acerca de suas trajetórias até aquele momento de suas vidas e, especialmente, como a escola faria parte do processo.

De forma geral, no que toca ao engajamento, percebeu-se que houve certa dificuldade para que conseguissem transportar para as folhas em branco o que lhes foi solicitado; a maior parte não demonstrou interesse inicial em dar fluxo ao que a equipe solicitou. Então, lançou-se mão das estratégias da *Pedagogia* (Rosa, 2013) alinhadas com a da natureza dialógica do trabalho de *letramentos de reexistência* (Souza, 2009): a possibilidade de trazer a música para o centro da roda. Em outros termos, durante a etapa de entrevistas, os e as adolescentes deixavam transparecer seus interesses quanto a artistas (com destaque para o campo musical) que, segundo eles e elas ‘traduziam’ suas experiências. Com isso, sob a lupa da coordenação, foi proposto –e acatado pelas pessoas ali presentes– um momento consequente ao da tentativa de construção dos desenhos, denominado “Rádio Socioeducação”.

Figura 2. Gravura de adolescente da Socioeducação: articulando a proposta da Rádio com a escola (internação). [DF, junho de 2023]



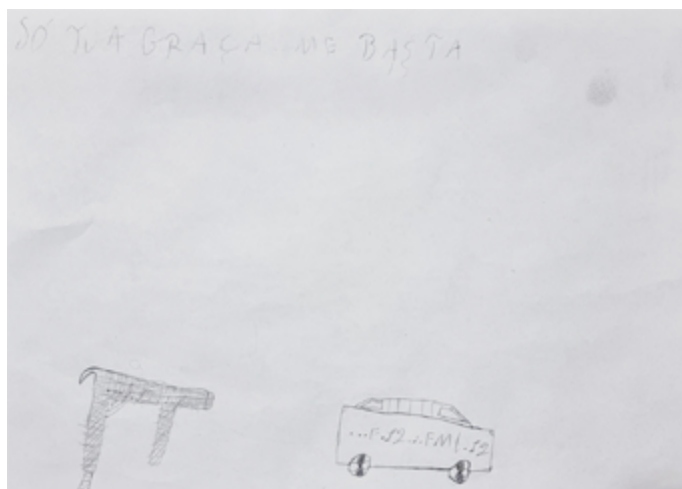
A dinâmica da rádio tinha como base a estratégia artística da dramatização para conectar os públicos envolvidos: as pessoas representantes da coordenação do OVES-DF colocavam-se no papel de oportunos MCs (na cultura *hip-hop*, acrônimo para mestre ou mestra de cerimônia) no intuito de convocar cada participante a fazer de conta que telefonavam em um momento de pedido musical da ‘Rádio’ – conectando as pessoas com mais idade a lembrar uma prática culturalmente corrente nas décadas anteriores à década de 2000. Para tanto, da parte do OVES-DF, foram utilizados dispositivos eletrônicos (um *tablet* conectado à Internet –para o acesso ao *streaming* musical Deezer– e uma caixa de som) que concretizaram o momento. Paralelamente, a coordenação-geral, ali presente durante todos os processos, ao orientar a atividade, ocupava-se de fazer também as vezes de DJ (sigla para, na cultura *hip-hop*, animador ou animadora de rádio), remontando ao que explica em seu trabalho a Dra. Ana Lúcia Silva Souza (2009; 2011) sobre a dinâmica constitutiva do movimento *hip-hop* (isto é, o DJ, o MC, que, de acordo com a autora, junto à dança [ou *break*], ao grafite [a arte gráfica] e ao *rap* [a poesia ritmada em forma de rimas], constituem as bases da cultura *hip-hop*).

A proposta de abordagem leve e dialógica por meio do trabalho com a música surtiu efeito nas ocasiões de interação. Ao solicitar suas canções preferidas, tendo, antes, de explicar brevemente as razões da escolha para a ‘pessoa locutora’ (MC), os e as adolescentes precisavam elaborar o que as levava a pedirem as músicas; tal

abertura das pessoas socioeducandas dava indícios para nortear a abordagem da etapa seguinte (a das entrevistas, geradoras de dados analíticos).

Ainda na dinâmica dialógica, logo, após a execução das faixas musicais solicitadas –que, em sua maioria, tinham bastante a ver com obras do *rap* local–, a solicitação do desenho foi retomada, dando à maioria das pessoas socioeducandas aparente inspiração para desenvolver suas artes de maneira mais fluida. Ainda, em complemento a essa proposição, para as pessoas socioeducandas em privação de liberdade, a dinâmica, após negociação, liberação e acompanhamento das unidades correspondentes, ocorreu em um parque de diversões da Capital Federal, com direito a lanche e a tarde de lazer.

Figura 3. Gravura de adolescente da Socioeducação: relação entre a realidade de violência e a proposta da Rádio (meio aberto). [DF, junho de 2023]



Enfim, para a etapa qualitativa, a Prática de Textos Discursivamente Orientada, materializada a partir da construção dos textos multimodais (os desenhos, as dramatizações, as listas de reprodução desejadas –*playlists*– etc.) foi imprescindível. Por meio dos gêneros discursivos gerados na PTDO foi possível aplicar maior profundidade e cuidado para a etapa de entrevistas. Com a discussão sobre os desenhos (ocorrida no mesmo dia), a coordenação-geral discorreu com as pessoas socioeducandas sobre reflexividade (caracterizando, em termos das Redes

Pragmáticas, os exercícios de reflexividade), existências e reexistências, ao tentar estabelecer pontos reconhecíveis de trajetória por parte dos e das adolescentes em atendimento socioeducativo e trazendo o debate para os passos futuros.

Em meio a isso, mostrou-se mais natural para a equipe a possibilidade de pensar como a escola/educação estava presente no imaginário criativo da juventude socioeducanda. Estabeleceu-se, com a PTDO, portanto, uma notada conexão, que colaborou com a pesquisa, apontando para um complemento de extrema riqueza para os dados gerados a partir do gênero entrevista. Trata-se, pois, de um exemplo do que propõem as Redes Pragmáticas em termos de apontar para possibilidades de reexistências.

Afinal, algumas considerações

Figura 4. Gravura de adolescente da Socioeducação: descrição imagética da realidade (meio aberto). [DF, junho de 2023]



Como linhas finais, é preciso compartilhar que este texto é um exemplo do que o trabalho coletivo e atencioso a existências pode realizar. Na verdade, a síntese das ações da construção do Observatório de Violência e Socioeducação do Distrito Federal, aqui, recortada para o propósito da discussão discursiva

crítica, apresenta uma parte dos vários efeitos que o projeto OVES-DF alcançou. Como já reivindicado (Santos, 2022b), tendo em vista o histórico perverso da aporofobia à brasileira, não se pode conceber uma construção científica sem um impacto evolutivo sensível na vida de pessoas e grupos sociais historicamente vulnerabilizados pelas classes dominadoras (em constantes estratégias de neutralização e apagamento). A resistência impõe-se, portanto, quando o alvo de inexistência (Santos, 2022a) é uma parcela geracional que mal iniciou seu exercício cidadão, mas que já responde por equívocos de uma nação secularmente desigual, como é a República Federativa do Brasil.

A Socioeducação provoca uma tomada de postura quando encarada em seu cerne: a insistência no asseguramento de uma construção diferente de país, responsável por sua história e comprometido com um futuro justo; para tanto, observar de forma crítica o passado e ressignificar o presente mostram-se como ações fundamentais para a mudança. A Socioeducação, conforme mostra sua trajetória, é resultado da luta cidadã.

O fortalecimento da cidadania é a chave-mestra do processo de reorientar rumos e perspectivas. As pessoas adolescentes em situação de vulnerabilização social e em conflito com a lei têm o direito garantido a acessar essa mudança, sendo, nessa configuração, figuras protagonistas. No entendimento da pesquisa desenvolvida, o pouco tempo de existência da Socioeducação ainda mostra que os intrincados percursos desse caminho ainda deixam a política pública perdida no labirinto de discursos ambivalentes (ora punitivista, ora assistencialista, ora cidadão).

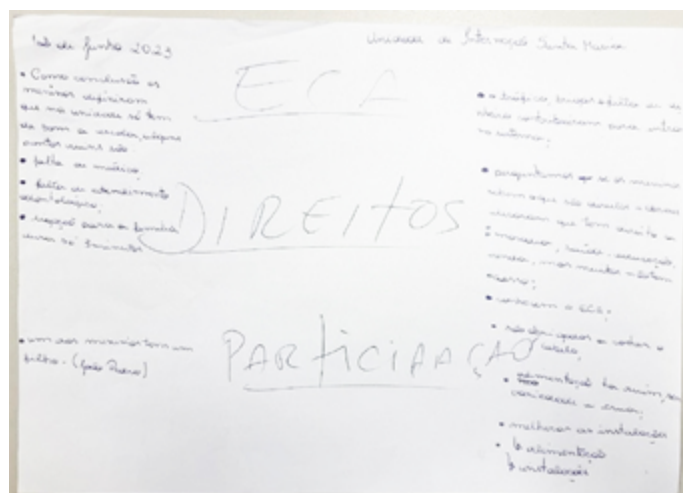
Os pontos articulados neste texto são resultado de um período de constantes desafios, que conseguiram desestabilizar determinados lugares vistos como consolidados. O trabalho com parte dos discursos que perpassam políticas públicas basilares no Brasil, como a Socioeducação, a partir da prática cidadã de textos (discursivamente orientada), mostrou que boa parte do público adolescente –nos espaços de socioeducação onde houve interações– pouco tinha noção mais pragmática do próprio potencial fora do espaço socioeducativo. Tais compartilhamentos revelavam inclusive crises internas inter-relacionais (entre algumas, por exemplo, pessoas agentes de segurança, em contraposição à quase unanimidade positiva na caracterização de pessoas docentes, psicólogas e assistentes sociais).

As interações revelaram isso. Os desenhos mostraram entendimentos do mundo social bastante abstratos, provavelmente, pelo fato de terem que enfrentar (ou terem enfrentado) realidades de extrema violência em suas trajetórias:

um *continuum* de experiências traumáticas, de natureza simbólica e material, reconfigurados a partir do discurso de ‘nova chance’. Um tema complexo, especialmente, para existências que, em sua maioria, nem haviam alcançado, à época da pesquisa, os 20 anos.

A dinâmica da Prática de Textos Discursivamente Orientada, que culminou nos textos multimodais –os desenhos relacionados com a questão artístico-musical– permitiu à equipe do OVES-DF acessar um lugar no qual o foco de pesquisa –a educação (ou melhor, a fragilidade da sua presença)– mostrou-se como um espaço desejável, observado pelas pessoas socioeducandas como positivo e ideal, mas ainda pouco compreendido como meio tangível de transformação.

Figura 5. Resumo de integrante da equipe técnica do OVES-DF sobre os resultados de uma das interações baseadas na PTDO. [DF, junho de 2023]



Desse modo, em termos de resultados, a pesquisa realizada em um ano (contando desde os primeiros contatos até a entrega do relatório final), contrabalançou um tempo exíguo –diante da magnitude do tema que é a Socioeducação– com a riqueza de caminhos abertos e convidativos. O projeto-piloto do Observatório logrou realizar coisas de relevância, como, por exemplo, o contato direto entre parte da equipe (como já referido, composta quase em sua totalidade por pessoas da academia) e adolescentes em atendimento socioeducativo. Duas realidades que

exemplificam o porquê de existir uma abordagem como a das Redes Pragmáticas: o encontro de universos que, juntos, podem construir caminhos de renovação, percursos inéditos.

Figura 6. Gravura de adolescente da Socioeducação sobre 'futuro' (meio aberto). [DF, junho de 2023]



Por fim, em termos de ações em nível potencial, no que se refere aos âmbitos governamentais e legislativos, pode-se incentivar a construção estratégica de redes. A partir do desenvolvido no OVES-DF –na aplicação das Redes Pragmáticas pela PTDO–, com base no que foi descrito neste trabalho, o foco poderia ser dado ao fortalecimento de estratégias que, por exemplo, visassem garantir aspectos materiais (como renda e permanência na escola), bem como simbólicos e subjetivos (sobre o desejo de estar no espaço escolar e o entendimento reflexivo da importância da educação). Nutrindo, portanto, um canal entre educação crítico-reflexiva e transformacional, fundamentada na perspectiva (crítica) discursiva: uma atenta socioeducação, verdadeiras Redes de reexistência.

Referências

- Acosta, M. P. T., e Resende, V. M. (2014). Gêneros e suportes: por um refinamento teórico dos níveis de abstração. *Romanica Olomucensia*, 26(2), 127-42.
- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. Sueli Carneiro; Pólen.
- Bakhtin, M. (2011). *Estética da Criação Verbal*. Martins Fontes.
- Barsaglini, R. A., e Vaillant, C. B. (2018). “Um agente prisional de menor”: identidade e percepções do agente socioeducativo sobre a instituição, os adolescentes e a sua ocupação. *Saúde e Sociedade*, 27(4), 1147-1163.
- Benetti, P. R. (2021). Redução da maioria penal: a longa trajetória de um discurso sobre adolescentes. *Sociologias*, 23(58), 168-203.
- Bonato, V. P., e Fonseca, D. C. (2020). Socioeducação: entre a sanção e a proteção. *Educação em Revista*, 36, p. e228986.
- Brasil. (2024a). Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília.
- Brasil. (2024b). *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente*. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente & Conselho Nacional de Assistência Social [CONANDA]. (2009). *Orientações técnicas: Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- Cortina, A. (2020). *Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia*. Editora Contracorrente.
- Crenshaw, K. W. (2017). *Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas* (Trad. Carol Correia). Revista Subjetiva.
- Fairclough, N. (2003). *Analysing discourse: textual analysis for social research*. Routledge.
- Faria, M. A. A., Souza, L. P., e Bevilacqua, P. D. (2025). História, Caminho e Horizonte: a Análise do Discurso Crítica Latino-americana como referencial de pesquisa e para pesquisar. *SciELO Preprints*. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11311>
- Flick, U. (2009). *Qualidade na pesquisa qualitativa* (Trad. Roberto Cataldo Costa). Artmed.
- Gomes, N. L., & Laborne, A. A. de P.. (2018). Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. *Educação Em Revista*, 34, e197406. <https://doi.org/10.1590/0102-4698197406>
- Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Fórum Brasileiro De Segurança Pública (FBSP) (Org.). (2025). *Atlas da violência 2025*. IPEA, FBSP.
- Leite, C. C. (2006). Da doutrina da situação irregular à doutrina da proteção integral: aspectos históricos e mudanças paradigmáticas. *Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro*, 23, 93-107.
- Lourenço, C. (2023). Uma sociedade desigual: reflexões a respeito de racismo e indicadores sociais no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, 146(1), 75-96.
- Madeira, Z., & Gomes, D. D. O. (2018). Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. *Serviço Social & Sociedade*, 133, 463-479.

- Magalhães, I. (2005). Introdução: a análise de discurso crítica. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, 21(especial), 1-9. <https://doi.org/10.1590/S0102-44502005000300002>
- Maresch, B. F. (2021). A criminalização da pobreza e a herança menorista da institucionalização. *Caderno de Direito da Criança e do Adolescente*, 3, 20-. <https://revistas.direitosbc.br/DCA/article/view/1113>
- Mason, J. (2006). Mixing methods in a qualitative driven way. *Qualitative Research*, 6(1), 100-143.
- Nascimento, L. (2021). *Transfeminismo*. Jandaíra.
- Paes, P. C. D., & Adimari, M. F. A., & Costa, R. P. (2015). *Socioeducação e intersectorialidade: formação continuada de socioeducadores*. Campo Grande, MS: Editora UFMS.
- Pardo, M. L. (2011). *Teoría y metodología de la investigación lingüística: método sincrónico-diacrónico de análisis lingüístico de textos*. Tersites.
- Resende, V. M. (2008). *Análise de Discurso Crítica e Etnografia: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sua crise e o protagonismo juvenil* [Tese de doutorado, Universidade de Brasília]. <http://repositorio2.unb.br/handle/10482/3624>
- Resende, V. M., & Regis, J. F. S. (2017). *Outras perspectivas em Análise de Discurso Crítica*. Pontes Editores.
- Rosa, A. (2013). *Pedagogia, autonomia e mocambagem*. Aeroplano.
- Santos, A. B. (2018). *Somos da terra*. Piseagrama, 12.
- Santos, A. B. (2023). *A terra dá, a terra quer*. UBU.
- Santos, G. (2022a) A reexistência no pós-pandemia: considerações discursivas críticas sobre cidadania e tecnologia a partir das Redes Pragmáticas. *Ilha do Desterro*, 75(3), 165-185.
- Santos, G. (2022b). Para que(m) estamos falando? Redes Pragmáticas como reexistência em tempos pandêmicos. Em V. de Melo Resende (Ed.), *Estudos do discurso: relevância social, interseccionalidade, interdisciplinaridade*. Pontes Editores.
- Santos, G. e Santos, D. S. (2022). Epistemologias de reexistência: um diálogo teórico-metodológico entre interseccionalidade e aquilombagem crítica. *Revista Brasileira de Educação*, 27, 1-15. DOI: 10.1590/S1413-2478202270028
- Santos, G. P. (2017). *A voz da situação de rua na agenda de mudança social no Brasil - um estudo discursivo crítico sobre o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR)* [Tese de Doutorado, Universidade de Brasília]. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/24869>
- Santos, G. P. (2019). Linguagem e decolonialidade: discursos e(m) resistência na trilha da aquilombagem crítica. Em V.de Melo Resende (org.), *Decolonizar os estudos críticos do discurso* (pp. 95-117). Pontes Editores.
- Santos, G., e Tavares Rabelo, J. B. (2024). Prática de textos e leitura crítica como estratégias na pandemia da COVID-19: uma metodologia discursiva a partir das Redes Pragmáticas: uma metodologia discursiva a partir das Redes Pragmáticas. *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, 24(1), 182-200. DOI: 10.35956/v.24.n1.2024.p.182-200

- Santos, G., Teixeira, K., Sousa, G., Ketulhe, K., e Pinheiro, C. (2023). Políticas públicas e direito à saúde de adolescentes e jovens: uma perspectiva Interseccional. Em U. F. da C. Freitas e D. Linkevicius de Andrade (Orgs.). *Diálogos sobre adolescentes e jovens: estratégias para políticas públicas* (1. Ed). Pontes Editores.
- Souza, A. L. S. (2009). *Letramentos de reexistência: culturas e identidades no movimento hip hop* [Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas]. <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/769115>
- Souza, A. L. S. (2011). *Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música, dança: hiphop*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Tavares, R. C. L., & Resende, V. M. (2021). Da necessária coerência entre ontologia, epistemologia e metodologia. *Revista DisSoL - Discurso, Sociedade e Linguagem*, 13, 82-95.
- Terra, P. C. (2021). Racismo, trabalho e ociosidade no processo de abolição: o Brasil e o Império Português numa perspectiva global (1870-1888). *Revista Brasileira de História*, 41(88), 155-177. DOI: 10.1590/1806-93472021v41n88-09.
- Vieira, V., e Resende, V. M. (2011). *Análise de discurso (para) a crítica: O Texto como Material de Pesquisa*. Pontes.
- Vinuto, J. (2021). "Tudo é questão de postura": o trabalho emocional realizado por agentes socioeducativos em centros de internação do Rio de Janeiro. *Cadernos Pagu*, 61, 1-16. DOI: 10.1590/18094449202100610015